

Pelo combate ao preconceito e à intolerância

Paulo Teixeira

No último dia 31 de outubro, após a confirmação de que Dilma Rousseff seria a primeira presidenta do Brasil, deu-se início a um movimento que, movido pelo preconceito e pela intolerância, ganhou várias páginas da internet expressando mensagens racistas e xenofóbicas. Nelas, atribuía-se a “culpa” da derrota do candidato da oposição, José Serra, aos cidadãos do nordeste brasileiro, aos índios e aos negros, e havia ainda claras sugestões de que esses grupos deveriam ser banidos da nossa sociedade.

Poucos dias depois, tivemos notícia de que a mãe de santo Bernadete Souza Ferreira, de 42 anos, foi violentamente agredida por policiais militares quando incorporava um orixá em um assentamento de Ilhéus, no sul da Bahia. Segundo testemunhas, Bernadete foi arrastada por cerca de 500 metros e jogada em um formigueiro por oito PMs.

Em seguida, no dia 14 de novembro, dois jovens foram espancados quando passavam pela região da Avenida Paulista, no centro expandido de São Paulo, por cinco adolescentes – quatro deles, menores de idade. Testemunhas afirmam que os agressores, enquanto praticavam a violência, “acusavam” as vítimas de serem homossexuais, daí o motivo da ação violenta.

Fatos como estes aqui relatados, que se tornaram mais evidentes nas últimas semanas, não podem ser facilmente esquecidos e merecem ser repudiados publicamente. Nessa medida, eles se constituem como uma afronta à sociedade e à cultura brasileiras, que são, em essência, ricas e plurais. Por isso, não nos restam dúvidas de que a prática do racismo e do

preconceito – sejam eles relacionados à etnia, à religião, à opção sexual ou à classe social – , sobretudo quando ganha corpo junto aos meios de comunicação, deve ser coibida com veemência antes que se torne banal ou corriqueira.

Não é à toa que essa prática se constitui como crime inafiançável e imprescritível, de acordo com a legislação brasileira. Na história recente da humanidade, esse pensamento que remete à eugenia, na ilusão de uma “raça pura”, nos causou prejuízos nefastos, custando a vida de milhões de seres humanos inocentes.

Neste momento, mais do que nunca, precisamos direcionar ações no sentido de respeitar, valorizar e promover a cidadania em nosso meio social. Atitudes como essas cumprem o papel de educar e conscientizar crianças, jovens e adultos para que se vejam em uma sociedade multicultural, respeitando-a e enxergando seus valores. Da mesma forma, temos o dever de promover políticas que proíbam a discriminação e o preconceito. Destaco aqui, entre outras, a necessidade de aprovar os Projetos de Lei 122 e 6124, que criminalizam, respectivamente, a homofobia e a discriminação contra portadores do vírus HIV – tendo sempre o cuidado de manter o equilíbrio para não ferir a liberdade de expressão e opinião.

No mais, é nossa tarefa pressionar as autoridades para que os crimes aqui relatados, bem como os vários outros que se dão com base nos mesmos propósitos, sejam devidamente investigados e seus responsáveis, punidos. E esperamos, sinceramente, que esses atos lamentáveis deixem de acontecer à medida que caminemos rumo a uma sociedade brasileira mais justa e democrática.

**Originalmente publicado no site pessoal e em vários órgãos da mídia regional.*